

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI Nº 196 DE 2003**

Dispõe sobre a participação dos empregados nos Conselhos das empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações.

**Autora:           Deputada Maninha**  
**Relator:          Deputado Eduardo Paes**

**VOTO DIVERGENTE**

**Eminentes pares.**

O projeto tem como objetivo a participação dos empregados na gestão das empresas estatais, como primeiro passo para a democratização da estrutura de poder na empresa moderna. Estabelece as regras de eleição dos representantes dos empregados, vedando a reeleição. Assina o prazo de 120 (cento e vinte) dias para que o Executivo regule a lei. Revoga as disposições em contrário.

Nesta Casa, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde foi relatado pela nobre deputada Dra. Clair. Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o projeto recebeu emenda aditiva da lavra do nobre deputado Francisco Rodrigues, excluindo da regra, as empresas públicas vinculadas à segurança nacional. O relatório e voto do relator, eminente deputado Eduardo Paes, foi no sentido da aprovação do projeto, com duas emendas supressivas relativas aos artigos 6º e 8º, do projeto, o primeiro por inconstitucionalidade e o segundo por defeito de técnica legislativa.

Ouso divergir do meu nobre colega e relator. Entendo, com a máxima vênua, que o projeto de lei em exame padece do vício de inconstitucionalidade, pois, eleva à condição de regra geral, o que a Constituição trata como exceção.

Dispõe o inciso XI, do artigo 7º, da Constituição Federal:

“ Art. 7º São direitos dos trabalhadores (...)

“XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, **excepcionalmente**, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”.

A norma constitucional trata a participação do trabalhador na gestão da empresa, como exceção. Isto significa que a participação deve ser resolvida entre os empregados e a empresa, caso a caso. A lei não pode estabelecer uma regra geral para todas as empresas, ainda que estatais, obrigando-as a abrir sua direção aos empregados. Onde a norma constitucional não distingue, não cabe ao legislador ordinário distinguir. A norma constitucional refere-se à empresa como gênero, sem distinguir entre empresa estatal e empresa privada. Ao contrário da participação nos lucros, os empregados podem não ter interesse na gestão da empresa, posto que a função diretora exige preparo e implica responsabilidade. A eles cabe decidir se querem, ou não, participar da direção da empresa. À lei cabe, tão somente, definir o que seja

participação na gestão da empresa, o modo e as condições dessa participação e os procedimentos que deverão ser observados.

Por outro lado, a empresa estatal pode ser estratégica, vinculada à segurança nacional, circunstância em que os interesses da classe trabalhadora não podem se sobrepor aos interesses da nação.

O legislador constituinte sabia de todas essas implicações quando atribuiu caráter excepcional à participação dos trabalhadores na gestão da empresa.

Além desse vício genérico, o projeto tem um vício pontual: assina prazo ao Executivo para baixar decreto regulamentando a futura lei. Isto tipifica intervenção de um Poder em outro, configurando violação ao princípio da separação dos poderes enunciado sob o artigo 2º, da Constituição Federal.

O projeto, ainda, padece de um defeito de técnica legislativa: revoga, genericamente, as disposições em contrário. Esse dispositivo contraria a vedação contida no artigo 9º, da Lei Complementar nº 95 de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107 de 2001.

Outrossim, essa matéria já foi objeto do projeto de lei nº 3.907 de 1993, oriundo do Senado Federal, publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 6-07-1993, p. 14441, e do projeto de lei nº 985 de 1999, de autoria do deputado Almeida de Jesus, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, de 30.06.1999, p.30990. Certamente, não foram convertidos em lei, pois, do contrário, o projeto *sub examen* seria um *bis in idem*.

Pelas razões expostas e com o devido respeito ao digno relator, voto pela rejeição do projeto de lei nº 196 de 2003.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2004

**Deputada Juíza Denise Frossard**